

“Conselho Inflacionário.” A reação do irritado Bulhões.

“Conselho inflacionário.” Assim, o habitualmente circunspecto professor Octávio Gouvêa de Bulhões qualificou ontem o Conselho Monetário Nacional, despejando toda a sua irritação contra os ministros Delfim Neto e Ernane Galvães, por se recusarem a aceitar a proposta de desindexação da economia, apoiada por banqueiros, industriais e comerciantes e pelo próprio presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni.

Gouvêa de Bulhões chegou ao prédio do Ministério da Fazenda, às 8h30, três horas antes do início de uma reunião que durou quatro horas. O presidente do Banco Central, defensor da manutenção dos reajustes automáticos vinculados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apenas ao salário mínimo, também chegou para a reunião do CMN com muita antecedência e ficou conversando com Bulhões e Galvães. Quem chegou atrasado foi o ministro do Planejamento, Delfim Neto, a ponto de gerar a expectativa sobre a sua vinda ou não. Mas, ao contrário da reunião de maio, Delfim compareceu para conter o descontentamento dos representantes do setor privado quanto à ausência, no pacote, da proposta de desindexação.

“Faz parte do Sistema”

O diretor-superintendente do Grupo Itaú, José Carlos Moraes de Abreu, confessou, antes da reunião, que o setor privado já compareceu à sala do CMN ciente de que “é minoria e será sempre vencido, porque isso faz parte do sistema”. Embora o setor privado tenha consenso a favor da desindexação e seus representantes tenham chegado juntos ao Ministério da Fazenda, Moraes de Abreu observou que o sistema não permite a formação de um bloco privado para contestar as posições da maioria representada pelos homens do governo: “Cada um pode falar individualmente”.

O CMN abriga apenas autoridades e representantes do empresariado. O diretor do Itaú concordou que, em muitos casos, as medidas atingem mais os assalariados. Porém, afirmou que as decisões de ontem promoveram a distribuição dos sacrifícios diante da crise econômica do país.

Segundo Moraes Abreu, o sistema financeiro participará dos sacrifícios no mesmo nível dos demais setores “e está disposto a colaborar”. Lembrou que a antecipação do recolhimento do Imposto de Renda representará para os bancos “pesadíssimo encargo, em termos de rentabilidade”, embora ainda não dimensionável.

À entrada da reunião do CMN, os banqueiros já antecipavam que as medidas não garantem a baixa dos juros e culpavam a falta de qualquer voto a favor da desindexação. O diretor do Itaú negou que essa postura contrária à expectati-

Nas discussões do Conselho Monetário Nacional, a desindexação foi o assunto mais polêmico.

va de queda dos juros represente tentativa de repor o lucro perdido com a antecipação do imposto de renda: “É que os bancos aplicam basicamente recursos da captação remunerada e está difícil prever o efeito da retirada dos subsídios sobre a expectativa inflacionária. Também a elevação do compulsório sobre depósitos a prazo e a vista em 5% reduz o efeito da liberação do crédito e é conflitante com a proposta do governo de reduzir o custo do dinheiro”.

A reunião começou às 11h30 sob a vigilância do onipresente diretor para o Brasil do Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafka. O secretário-executivo do programa Grande Carajás e ex-presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, abriu o longo debate sobre o crédito rural, ao argumentar que a queda dos subsídios reduzirá a área de plantio na próxima safra.

O presidente do Banco Central explicou que a duração de quatro horas refletiu a participação “muito intensa” dos representantes do setor privado na reunião. A discussão ampliou-se em torno da questão da desindexação, principalmente dos salários, mas os empresários não obtiveram nenhum compromisso dos ministros da Fazenda e do Planejamento.

Eventuais divergências à parte entre Langoni, de um lado, e Delfim e Galvães, de outro, um participante notou o abatimento do presidente do Banco Central, ao longo da reunião. Depois, Langoni prestou a habitual declaração, sem permitir apartes, às emissoras de rádio e TV, e foi ríspido com os demais jornalistas. Mas deixou o Ministério da Fazenda no carro de Galvães.

As principais “estrelas” da reunião, segundo um dos participantes, foram Nestor Jost e o banqueiro Ângelo Calmon de Sá. Jost declarou-se frontalmente contrário à retirada dos subsídios do crédito rural, e Ângelo, ex-ministro da Indústria e Comércio, levantou questões que levaram a alterações nas medidas elaboradas pela cúpula econômica. Basicamente, ele conseguiu reduzir de 5 para 3% os juros do crédito para as pequenas e médias empresas, a exemplo do que ocorrerá com o crédito rural do Noroeste e Nordeste.

Todos os representantes do setor privado foram unânimes em enfatizar que, sem uma desindexação, as medidas ontem adotadas não terão efeito. “Sem a desindexação estamos fritos”, comentava Ângelo Calmon de Sá numa roda com Moraes de Abreu, do Banco Itaú, e o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Edésio Fernandes. Segundo eles, agora restará esperar a iniciativa governamental no Congresso no sentido de aprovar projeto que promova a livre negociação salarial.